

OECD *Multilingual Summaries* Economic Policy Reforms 2016 Going for Growth Interim Report

Summary in Portuguese



Leia todo o livro em: [10.1787/growth-2016-en](https://doi.org/10.1787/growth-2016-en)

Reformas da Política Económica 2016 A Caminho do Crescimento - Relatório intercalar

Sumário em Português

As perspetivas de crescimento global continuam ensombradas no curto prazo, com as economias dos mercados emergentes a perderem vigor, o comércio mundial a abrandar e a retoma nas economias avançadas a ser contrariada pela fraca dinâmica de investimento. Estas preocupações de curto prazo surgem num contexto de desaceleração generalizada nos ganhos de produtividade, com a tendência de baixa a ditar valores iguais aos do início da primeira década deste milénio – pelo menos nas economias avançadas – e com poucos sinais de recuperações na economia. O abrandamento do crescimento observado entre as economias dos mercados emergentes nos últimos dois anos também suscita dúvidas quanto à capacidade daquelas para reduzirem o fosso dos rendimentos relativamente aos países mais avançados. A defesa das reformas estruturais, em conjunto com políticas de apoio no âmbito da procura, continua a justificar-se como meio de aumentar a produtividade e a criação de emprego que irão promover melhorias em termos de equidade.

O relatório "A Caminho do Crescimento" proporciona uma avaliação abrangente que visa ajudar os governos a fazerem uma reflexão sobre a forma como as reformas das políticas podem afetar o bem-estar dos seus cidadãos e a conceberem pacotes de políticas que melhor correspondam aos seus objetivos. O quadro "A Caminho do Crescimento" é de primordial importância para ajudar os países do G20 na monitorização dos seus esforços com vista ao cumprimento do compromisso assumido em 2014 no sentido de aumentarem o seu produto interno bruto combinado (PIB) em 2%, e a adaptarem as suas estratégias de crescimento em conformidade.

Este relatório intercalar analisa os principais desafios ao crescimento enfrentados pelos países da OCDE e por alguns países selecionados não pertencentes à OCDE, e faz um levantamento dos progressos conseguidos no período que corresponde aproximadamente ao último ano no que respeita à adoção de reformas estruturais para a solução desses problemas (Capítulo 1). Esta questão é examinada à luz das linhas de força das prioridades específicas de cada país identificadas na edição de 2015 de "A Caminho do Crescimento". São igualmente discutidas as potenciais implicações das reformas de estímulo ao crescimento em prol da inclusão e do reequilíbrio macroeconómico, com um enfoque na consolidação das finanças públicas, no estreitamento dos atuais desequilíbrios da balança corrente, bem como na redução das desigualdades nos rendimentos.

O relatório analisa igualmente as questões e dados concretos do impacto das reformas implementadas num contexto de procura persistentemente débil, bem como sob o ponto de vista de diferentes casos relativamente à disponibilidade ou eficácia das políticas macroeconómicas no apoio às reformas (Capítulo 2). Por último, o relatório faz uma avaliação da ligação entre os rendimentos gerados a partir do PIB e o rendimento distribuído às famílias (Capítulo 3). Em especial, analisa de que modo os principais canais através dos quais o crescimento do PIB se reflete no setor das famílias evoluíram nas duas últimas décadas entre os países da OCDE.

Desafios à reforma das políticas

- Na conceção de estratégias de reforma para melhorar de forma sustentável o bem-estar da maioria dos cidadãos, os governos de todo o mundo precisam de solucionar as profundas fragilidades de natureza estrutural que a crise veio pôr a descoberto mas que, em muitos casos, tiveram a sua origem muito antes.
- O abrandamento global no aumento da produtividade caracterizou-se pelo alargamento da dispersão do aumento da produtividade entre as empresas de cada setor – em especial entre as firmas de maior produtividade (“frontier firms”) – essencialmente, empresas multinacionais que têm conseguido manter um aumento da produtividade estável – e todas as outras empresas que trabalham bem na fronteira da produtividade. Uma das reformas prioritárias consiste na eliminação dos entraves que reprimem o empreendedorismo e limitam a capacidade das empresas para tirarem máximo partido do conhecimento e da difusão tecnológica.
- A redução do desemprego continua a ser um desafio importante para muitos países, em particular para os países do sul e do centro da Europa, onde o desemprego de longa duração continua a ser particularmente elevado. Outros países têm-se deparado com taxas relativamente elevadas de saídas do mercado de trabalho (p. ex., Estados Unidos), uma participação reduzida das mulheres na força de trabalho (Coreia do Sul e Japão), ou uma incidência elevada de emprego informal (maioria das economias dos mercados emergentes). A superação destes desafios no mercado de trabalho é uma prioridade para tornar o crescimento mais inclusivo.

Progressos alcançados em 2015

- Apesar de estarem a ser conseguidos progressos na resolução de alguns dos principais desafios, o abrandamento no ritmo das reformas observado em 2013-14 prosseguiu em 2015, mesmo depois de serem tomadas em consideração as medidas previstas mas que ainda não foram implementadas na íntegra.

- O ritmo das reformas tem variado entre países e áreas de políticas.
- Continua a ser geralmente mais intenso nos países do sul da Europa (em particular, Itália e Espanha) do que entre os países do norte da Europa. Fora da Europa, os países que adotaram um número relativamente elevado de medidas relacionadas com as recomendações contidas no relatório "A Caminho do Crescimento" incluem o Japão de entre as economias avançadas, e a China, a Índia e o México, no caso das economias emergentes.
- Houve um aumento relativo do número de ações destinadas a aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho e a melhorar os resultados educacionais, ao mesmo tempo que se regista um número inferior de ações nas áreas da política de inovação, eficiência do setor público ou regulação dos produtos e do mercado de trabalho.

- Nos países onde a desigualdade de rendimentos constitui uma preocupação especial, a maioria das ações adotadas relativamente às prioridades das políticas vão provavelmente ajudar a diminuir as discrepâncias ao nível da distribuição dos rendimentos. Contudo, é pouco provável que as ações implementadas recentemente com vista a estimular o crescimento ajudem os países com os maiores défices da balança de transações correntes a diminuírem os seus desequilíbrios externos.

As reformas num contexto de debilidade da procura

Num contexto de perspetivas económicas globais modestas, justifica-se plenamente a priorização de reformas que, para além de estimularem o emprego e a produtividade, sejam as que melhor podem apoiar a atividade no curto prazo.

- Nelas se inclui também, para além do aumento dos investimentos em infraestruturas públicas, a diminuição das barreiras à entrada nos setores dos serviços com procura reprimida, reformas ao nível dos direitos a prestações nos domínios da saúde e das pensões, bem como reformas das políticas de habitação e programas de apoio à procura de emprego para facilitar a mobilidade geográfica e a mobilidade profissional.

- O aumento do retorno das reformas estruturais no curto prazo também obriga a que sejam abordadas as disfunções que restam no setor financeiro, de modo a melhorar o fluxo do crédito às famílias e às empresas com acesso limitado aos mercados financeiros.
- Na área do euro, uma maior sincronização das reformas também ajudaria a reduzir os custos de transição, aumentando a capacidade da política monetária para mitigar o potencial aumento das taxas de juro reais resultante de uma inflação persistentemente baixa.
- Os países com fortes restrições orçamentais poderão ter de priorizar as medidas com retornos elevados de curto prazo ou com custo reduzido, e assegurar que as restantes são financiadas por meios que propiciem ao máximo o emprego e o crescimento.

Crescimento do PIB e rendimento global das famílias

- O PIB real tem mostrado uma tendência para aumentar mais do que o rendimento real das famílias na maioria dos países da OCDE entre meados da década de 90 e 2013.
- Este diferencial de crescimento deve-se, em parte, a fatores não relacionados com as políticas monetárias e fiscais, designadamente o facto de os preços no consumidor (que incluem IVA) terem registado uma tendência de subida relativamente aos custos de produção no período em análise, sendo únicas exceções alguns países exportadores de mercadorias de base, como a Noruega, Austrália e Canadá.
- A percentagem de rendimento das famílias no PIB, que se define em termos simples como o rácio entre o rendimento disponível nominal das famílias e o PIB nominal, tem-se mantido estável no período em análise e, em média, no conjunto dos países da OCDE. Esta estabilidade média esconde uma heterogeneidade, quer no nível, quer na evolução no conjunto dos países, tendo sido observado um acentuado declínio na Áustria e na Coreia do Sul, e um forte aumento na República Eslovaca e na Finlândia.
- A evolução na percentagem do rendimento das famílias no PIB pode ser avaliada através da observação do perfil da percentagem de rendimentos de trabalho, de capitais e secundários (ou seja, transferências públicas líquidas) das famílias. Um número elevado de países tem registado um declínio concomitante na percentagem do trabalho no PIB e na percentagem do rendimento de capitais que vai para as famílias, o que sugere que uma percentagem crescente dos lucros tem ficado na posse do setor empresarial em vez de ser distribuída ao setor das famílias.
- Contudo, não existem ligações claras entre as alterações na distribuição de rendimentos entre o setor das famílias, empresarial e público da economia por um lado, e o aumento da desigualdade de rendimentos no setor das famílias registado em muitos países da OCDE, por outro.

© OECD

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE www.oecd.org/bookshop

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate. rights@oecd.org Fax: +33 (0)1 45 24 99 30.

OECD Rights and Translation unit (PAC)

2 rue André-Pascal, 75116

Paris, France

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights



Leia toda a versão em inglês na iBiblioteca OCDE (OECD iLibrary)!

© OECD (2016), *Economic Policy Reforms 2016: Going for Growth Interim Report*, OECD Publishing.

doi: 10.1787/growth-2016-en